

itions
ange

COP30 BRASIL AMAZÔNIA BELEM 2025

OME TO #COP30
INDO(A) A #COP30

Relatório de
atividades

2025





Diretora-executiva: **Camila Asano**

Diretor de litigância e incidência: **Gabriel Sampaio**

Diretora de fortalecimento do movimento
de direitos humanos: **Júlia Neiva**

Diretor jurídico e financeiro: **Marcos Fuchs**

Coordenadora administrativa-financeira: **Fernanda Miotto**

Coordenadora de enfrentamento à violência
institucional: **Carolina Diniz**

Coordenador de comunicação e
engajamento: **Morgana Damásio**

Coordenador de defesa dos direitos
socioambientais: **João Godoy**

Conselho deliberativo: **Andre Raichelis Degenszajn,**
Bruna Benevides, Malak El-Chichini Poppovic, Marcelo
Furtado, Natália Viana, Oscar Vilhena, Renata
Reis, Sueli Carneiro e Theo Dias (presidente)

Conselho fiscal: **Cassio França, Emílio**
Martos, Heloisa Motoki e Luigi Puntel

Associados e associadas: **Anamaria Schindler, Andre**
Degenszajn, Bruna Benevides, Denise Dora, Douglas
Belchior, Flavia Regina de Souza, Hélio Menezes, Heloisa
Motoki, Luigi Puntel, Malak El-Chichini Poppovic,
Margarida Genevois, Marcelo Furtado, Natalia Viana,
Oscar Vilhena, Renata Reis, Sueli Carneiro e Theo Dias.

Produção Relatório 2025:

Texto: **Nathan Fernandes**

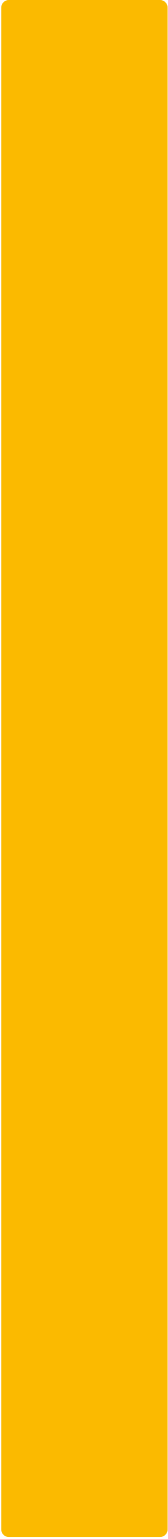
Edição: **Jeferson Batista**

Diagramação e projeto gráfico: **Mariana Rodrigues | Estúdio Balaio**

Foto de capa: **Tânia Rego/Agência Brasil**

Setembro de 2026.

www.conectas.org



Sumário

6	Carta da Diretoria
8	Conheça a Conectas
10	Democracia e Movimento de Direitos Humanos
14	Defesa dos Direitos Socioambientais
22	Enfrentamento à Violência Institucional
30	Litígio
32	Incidência internacional
36	Comunicação
38	Institucional
40	Equipe
42	Transparência

Carta da Diretoria

Em um cenário de transformações aceleradas e disputas cada vez mais intensas sobre os rumos da democracia, da justiça climática e dos direitos fundamentais, 2025 reafirmou uma convicção que orienta o trabalho da Conectas há mais de duas décadas: a defesa dos direitos humanos exige presença constante, capacidade de articulação e compromisso com mudanças estruturais. Ao longo do ano, atuamos para enfrentar violações em diferentes frentes. Levamos denúncias e recomendações a organismos internacionais, ampliamos nossa atuação nos tribunais, fortalecemos redes da sociedade civil e produzimos conhecimento para qualificar o debate público. Também estivemos presentes ao lado de comunidades indígenas, de quilombolas, de defensoras e defensores dos direitos humanos, de movimentos sociais e de organizações parceiras na construção de respostas para os desafios que atravessam o Brasil e o mundo.

A emergência climática ocupou lugar central nessa agenda. Em um ano marcado pela realização da COP30, em Belém, reforçamos a defesa de uma transição energética justa, acompanhamos casos emblemáticos de violações socioambientais e contribuímos na consolidação da compreensão de que a crise climática é, antes de tudo, uma questão de direitos humanos. Ao mesmo tempo, acompanhamos decisões históricas de tribunais internacionais que fortaleceram o reconhecimento das obrigações dos Estados diante da emergência climática.

Seguimos também atuando para enfrentar a violência institucional, o racismo estrutural e as desigualdades que afetam, de forma desproporcional, as populações negras, os indígenas, as populações periféricas, as mulheres, as meninas e pessoas LGBTQIA+. Nossa incidência objetivou ampliar mecanismos de responsabilização do Estado, fortalecer políticas públicas e defender direitos frequentemente ameaçados por retrocessos legislativos e institucionais. Em um contexto de rápida expansão das tecnologias digitais, ampliamos ainda mais nossa atuação acerca da inteligência artificial e do

reconhecimento facial, defendendo que inovação e direitos humanos caminhem sempre juntos.

É importante também registrar que o ano foi marcado por avanços importantes em casos judiciais nos quais a Conectas participou, especialmente como *amicus curiae*. No STF, a revista íntima vexatória em presídios foi declarada inconstitucional; no âmbito da ADPF das Favelas, foi estabelecida uma série de medidas para conter a letalidade policial no estado do Rio de Janeiro; e, no estado de São Paulo, foi firmado um acordo com o governo estadual para a implementação de câmeras corporais na Polícia Militar. Embora todas as decisões apresentem pontos de atenção e seu acompanhamento constante deva ocupar espaço em nossas agendas, elas demonstram a importância de uma estratégia consistente de litigância para a proteção dos direitos fundamentais.

Nada disso seria possível sem a confiança de quem apoia a Conectas e sem a parceria de movimentos sociais, de organizações da sociedade civil, de pesquisadores, de jornalistas, de defensoras e defensores dos direitos humanos e das comunidades que, diariamente, transformam resistência em ação coletiva. São essas alianças que tornam nosso trabalho mais forte e ampliam nossa capacidade de produzir impacto.

São essas alianças que mostram como diferentes estratégias — da litigância à incidência internacional, passando pela comunicação e pelo fortalecimento institucional — se complementam para promover direitos, ampliar vozes e fortalecer a democracia.

Boa leitura.

Camila Asano

Diretora-executiva da Conectas Direitos Humanos



Conheça a Conectas

A Conectas existe para proteger, efetivar e ampliar os direitos humanos

Mais do que uma organização não governamental, somos parte de um movimento vivo e global que persiste na luta pela igualdade de direitos. Conectados a uma rede extensa de parceiros espalhados pelo Brasil e pelo mundo, estamos presentes e nos fazemos ouvir nos diversos espaços de decisão que contribuem para o avanço dos direitos humanos a partir de um olhar do Sul Global. Trabalhamos para proteger e ampliar os direitos de todos, especialmente para os mais vulneráveis. Propomos soluções, impedimos retrocessos e denunciemos violações para produzir transformações.

Nossa Missão

Efetivar e ampliar os direitos humanos e combater as desigualdades para construir uma sociedade justa, livre e democrática a partir de um olhar do Sul Global.

Nossa Visão

Enfrentar injustiças e propor soluções que causam impacto positivo na vida das pessoas, particularmente das mais vulneráveis.



Foto: Jeferson Batista/Conectas

Siga nossas redes sociais



Democracia e Movimento de Direitos Humanos

*A Conectas atua na defesa da democracia, no combate aos movimentos autoritários antidireitos no âmbito global e pela promoção dos direitos humanos no espaço digital. Por meio de parcerias estratégicas e eventos, como o **Colóquio Internacional de Direitos Humanos** e a **Feira de Ideias**, busca-se fortalecer o campo dos direitos humanos. Desse modo, a atuação internacional da Conectas amplifica denúncias e fomenta a solidariedade transnacional por justiça e igualdade.*

POR UM ECOSSISTEMA DIGITAL PLURAL

A desinformação em massa, os discursos de ódio e o assédio no ambiente digital colocam em risco a integridade dos processos eleitorais e o direito ao voto, especialmente de grupos historicamente marginalizados. Esse foi o alerta feito por nós, da Conectas, e pela ARTIGO 19 em um documento enviado à Relatoria Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para Liberdade de Opinião e Expressão. O informe destacou como esses fenômenos afetam a participação política e a vida pública, além de chamar atenção para a necessidade de regulação do modelo de negócios das grandes plataformas digitais. As organizações recomendaram medidas que incentivem um ecossistema de informação mais plural e alinhado com os direitos humanos. No início do ano, a Conectas também somou-se a mais de 180 organizações da sociedade civil brasileira em um posicionamento público sobre as mudanças nas



Foto: Jaque Silva/NurPhoto/NurPhoto via AFP

regras de moderação de conteúdo de uma das principais plataformas digitais, a Meta, alertando para os riscos da nova política à segurança digital e aos direitos humanos.

CONECTANDO PERSPECTIVAS SOBRE IA E REGULAÇÃO DO AMBIENTE DIGITAL

Ao longo de 2025, a Conectas organizou encontros virtuais para promover intercâmbios entre organizações brasileiras e de diversos países sobre Inteligência Artificial (IA) e regulação das plataformas digitais. Um desses encontros reuniu parceiros da América Latina e da Ásia para discutir os impactos e desafios da IA a partir de perspectivas do Sul Global. Em colaboração com a *Digital Action*, também organizou-se um encontro internacional sobre a aprovação do “ECA Digital”,

apresentando o processo em curso no Brasil e destacando a participação da sociedade civil na construção desse marco regulatório.

ENFRENTANDO DESAFIOS À INTEGRIDADE ELEITORAL

Diante da proximidade das eleições de 2026, a Conectas produziu subsídios, baseados em evidências, para contribuir com o debate sobre o “Novo Código Eleitoral” no Congresso Nacional. Entre as principais preocupações, destacou-se os riscos do uso da Inteligência Artificial generativa na disseminação de desinformação e no agravamento da violência política de gênero e raça.

Defendeu-se a incorporação, ao debate legislativo, de medidas já adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como a restrição do impulsionamento de anúncios de campanha no período próximo às eleições, a identificação de conteúdo gerados por IA e a proibição do uso de *deepfakes* por campanhas eleitorais.

Paralelamente, em articulação com um grupo de organizações preocupadas com a integridade do processo eleitoral, iniciou-se diálogos com atores internacionais sobre a importância das eleições de 2026 e os riscos de ataques à democracia e ao sistema eleitoral. Nesse diálogo, também destacou-se a necessidade de avançar na regulação da Inteligência Artificial e das plataformas digitais como forma de proteger a integridade e a equidade do processo eleitoral.

SOBERANIA EM XEQUE

A Conectas em conjunto do *Washington Office on Latin America* (WOLA), repudiou as medidas do governo dos Estados Unidos contra o Brasil, classificadas como ataques ao Estado Democrático de Direito. Entre as medidas estão a imposição de tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, taxados por motivações políticas e o uso inédito da Lei Magnitsky contra um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro. Destacou-se também que as ações interferem na independência do Judiciário e ocorrem enquanto o país conduz processos legais relacionados à tentativa de golpe de 2022.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Com base na experiência adquirida em anos anteriores de intercâmbios, organizou-se a participação de diversos encontros e eventos para promover a ação coletiva e a troca de estratégias e aprendizados aprendidas entre uma ampla gama de organizações.

Um dos destaques do ano, nesse sentido, foi o “Encontro Regional Urgente de Direitos Humanos”, reunião organizada conjuntamente pela Conectas, pela Dejusticia (Colômbia) e pelo CELS (Argentina). Ao longo de três dias, mais de 20 organizações — com a participação de lideranças do Brasil, da Colômbia, do Peru, do Paraguai, do Chile, dos Estados Unidos da América, de El Salvador, do México, do Equador e da Argentina, entre outros países — trocaram conhecimentos e experiências e refletiram sobre estratégias para enfrentar os desafios comuns na região. O encontro foi realizado em Buenos Aires, em setembro.

Em 2025, também manteve-se intercâmbios e colaborações significativas com um grupo de organizações dos Estados Unidos da América. No mês de agosto, alguns desses parceiros visitaram o Brasil para um encontro organizado pela Conectas, com o objetivo de promover o diálogo e o aprendizado mútuo entre eles e organizações brasileiras que atuam nas áreas dos direitos humanos, da democracia e da internet.

Defesa dos Direitos Socioambientais

Atua no apoio dos povos originários e das comunidades tradicionais na defesa de seus direitos, promovendo justiça socioambiental e racial, buscando a responsabilização de empresas por violações de direitos humanos. As frentes de atuação se dividiram nas estratégias de desenvolvimento sustentável, de direitos humanos e empresas, e da justiça climática, visando um futuro mais justo e inclusivo junto dessa população.

MARCO HISTÓRICO PARA O PLANETA

Em uma sequência de decisões consideradas históricas, tribunais internacionais reforçaram a responsabilidade dos Estados no enfrentamento da crise climática. No início de julho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), afirmou na “Opinião Consultiva nº 32” que a emergência climática compromete os direitos humanos e impõe obrigações jurídicas concretas aos Estados. Assim, a Conectas participou ativamente do processo com contribuições e defendeu uma transição energética justa, destacando impactos em comunidades como o Quilombola da Serra dos Rafaéis, no Piauí.

Poucas semanas depois, em 23 de julho, a Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, declarou que os Estados têm a obrigação legal de reduzir emissões e proteger o sistema climático. O parecer, solicitado pela Assembleia Geral da ONU, reconheceu a crise climática como uma ameaça aos direitos hu-



Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

manos e indica que a omissão pode gerar responsabilização internacional. Em conjunto, as decisões consolidam um novo marco jurídico global, no qual a ação climática deixa de ser apenas um compromisso político e passa a configurar um dever legal dos Estados.

ALÉM DAS PROMESSAS

Durante a 62ª sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), em Bonn, na Alemanha, mais de 200 organizações da sociedade civil e representantes de povos indígenas lançaram um apelo por reformas urgentes nas negociações climáticas. Entre as signatárias a Conectas esteve presente. O documento “Chamado Unido por uma Reforma Urgente das Negociações Climáticas da ONU” criticou a estagnação do processo ao longo de três décadas, período em que as emissões globais de poluentes continuaram em alta. O texto também alertou para a crescente influência de empresas poluidoras nas COPs e propôs cinco eixos de reforma: maior equidade nas negociações; fim da interferência corporativa;

mais transparência; respeito aos direitos humanos e fortalecimento da governança climática global.

CONECTAS NA COP30

A Conectas esteve presente na COP30, em Belém, com uma agenda que incluiu dez eventos paralelos, ao longo dos doze dias do evento, e atuação estratégica em todas as áreas de debate. Na Zona Azul, acompanhou negociações oficiais e pautou temas como transição energética justa e adaptação climática. Já na Zona Verde, aberta ao público, integrou-se a debates sobre resistência e direitos, enquanto na Zona Amarela — espaço impulsionado pela sociedade civil — fortaleceu mobilizações com movimentos e organizações. Além da entrega de *kits* a parceiros e figuras essenciais na luta por justiça climática e direitos socioambientais, a atuação também se estendeu às redes sociais.

Apesar dos desafios, como o número limitado de credenciais e os altos custos de hospedagem, a organização reforçou a necessidade de garantir a qualidade da participação e a segurança dos ativistas, sobretudo das populações e de territórios mais impactados pela crise climática.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Um mês antes do início da COP30, organizações da sociedade civil divulgaram a carta “Transição Energética Justa e Popular”, alertando que o Brasil poderia chegar ao evento sem corresponder às expectativas de liderança climática. Assinado por mais de 50 entidades, incluindo a Conectas, o documento propôs metas mais ambiciosas de redução de emissões e de substituição dos combustíveis fósseis. As organizações afirmavam que o país só exerceria liderança se promovesse uma transição energética justa, com transparência, participação social e o respeito aos direitos humanos e aos territórios.

ALIANÇA PELO PLANETA

A Conectas integrou-se a *Climate Action Network* (CAN), maior rede global de organizações da sociedade civil voltadas à defesa do clima e dos direitos humanos. A adesão ocorreu nas frentes regional e inter-



Foto: Cris Faga/NurPhoto via AFP

nacional, com filiação simultânea à CAN América Latina (CAN-LA) e à CAN Internacional — através da indicação do Observatório do Clima e do Geledés. Com mais de 1.900 membros presentes em mais de 130 países, a CAN atua na cooperação técnica, incidência em negociações climáticas, como as conferências da ONU, e no fortalecimento de capacidades locais. A diretora executiva da Conectas, Camila Asano, destacou a importância: “Em um momento em que as mudanças climáticas aprofundam desigualdades, é fundamental fortalecer alianças globais e regionais para garantir que as vozes do Sul Global sejam ouvidas nas decisões que moldam o futuro do planeta”.

O MAIOR ATAQUE À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

O Congresso Nacional alterou drasticamente o Licenciamento Ambiental no Brasil. De acordo com o Observatório do Clima, foi o maior ataque à legislação ambiental das últimas quatro décadas, desde a publicação da “Política Nacional do Meio Ambiente”, em 1981.

A Conectas denunciou a relatores especiais da ONU, que acompanham

o tema, o ataque às regras ambientais propostos no Projeto de Lei (PL). “Ao priorizar irresponsavelmente as isenções de licenciamento e o autolicensing, a proposta agravará a degradação ambiental, representando uma ameaça grave aos direitos humanos fundamentais”, destaca a carta entregue aos relatores especiais. A reação da ONU veio ao fim de maio, com um comunicado oficial assinado por cinco relatorias e dois grupos de trabalho. No documento, os especialistas expressaram “profunda preocupação” com os impactos do PL sobre os direitos à vida, à saúde, à água, ao saneamento e ao ambiente saudável, especialmente para os povos indígenas, os quilombolas e as comunidades tradicionais.

O diretor de litigância e incidência da Conectas, Gabriel Sampaio, falou à *Folha de S.Paulo* sobre o esvaziamento da participação popular no rito do licenciamento: “A união de interesses que patrocinou essa proposta insiste em desafiar decisões do STF e a tutela de direitos fundamentais em nome de um modelo exploratório que remonta ao período colonial”.

ENTRE TURBINAS E DIREITOS

Na Chapada do Araripe, no sul do Piauí, a expansão de parques eólicos tem impactado a Comunidade Quilombola da Serra dos Rafaéis, com relatos de poeira, de ruídos, de rachaduras em casas, de problemas de saúde e com fornecimento instável de energia. O projeto “Energia Eólica no modelo centralizado e Mapeamento socioambiental participativo como elemento contributivo para a governança na Comunidade Quilombola Serra dos Rafaéis – PI”, apoiado pela Conectas, identificou falhas no licenciamento ambiental, incluindo a violação do direito à consulta prévia a comunidade, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Realizada entre os anos de 2023 a 2024, a iniciativa envolveu mapeamento participativo e resultou na criação de uma cartilha de governança energética, fortalecendo a organização comunitária e servindo de referência para outros territórios.

CAFÉ AMARGO

“Quanto vale a vida de uma mulher numa lavoura de café?”, questionou Elisabete Vitor, que integra a Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (Adere-MG), durante o lançamento da pesquisa “Trabalho escravo no café: das fazendas às multinacionais”. O estudo é a terceira parte de uma parceria entre a Conectas e o projeto global *Mind the Gap*, liderado pela organização holandesa SOMO. A pesquisa mapeou a cadeia produtiva do café e reúne evidências de violações recentes, especialmente nas condições de trabalho e moradia. Também apontou conexões entre essas práticas e o mercado global, destacando denúncias da Conectas e da Adere-MG buscando promover responsabilização, boas práticas e reparação às vítimas.

Acesse a
pesquisa
completa



Foto: Lela Beltrão/Repórter Brasil

À ESPERA DA DESINTRUSÃO

A Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, em Rondônia — habitada pelos povos Jupaú, Amondawa, Oro In, Cabixi, Oro Nao e por quatro povos em isolamento voluntário — enfrenta há anos conflitos devido à invasão de não-indígenas. No dia 22 de setembro, a liderança Txai Suruí denunciou as violações ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e pediu que o governo brasileiro fosse pressionado para garantir a desintrusão definitiva do território, determinada pelo Supremo Tribunal Federal em 2020, mas iniciada apenas em setembro de 2025. O discurso foi apresentado em parceria com a Associação Kanindé, a Associação Jupaú e a Conectas.



DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

O primeiro banco público de desenvolvimento do Brasil, o BNDES, foi criado em 1952, mas apenas ganhou o “S” e seu enfoque no “social” em 1982, mostrando como essa questão, muitas vezes, é deixada em segundo plano. Um documento lançado pela Conectas mostrou exatamente este ponto. A versão brasileira do relatório “Desmistificando o Financiamento do Desenvolvimento: como os Bancos Públicos de Desenvolvimento impactam os povos e o planeta” reuniu evidências de que essas instituições muitas vezes reforçam a concentração de poder econômico, fragilizam comunidades locais e apoiam projetos associados a violações de direitos humanos. O documento, produzido coletivamente por membros e aliados da Coalizão pelos Direitos Humanos no Desenvolvimento, rede global de movimentos e organizações da sociedade civil, questionou a narrativa oficial do “desenvolvimento sustentável”.

Acesse o
relatório
completo



Foto: Mauro Pimentel/AFP





Foto: Taniara Nagot/Conectas

PELO CLIMA, PELA VERDADE

Levantamentos do Observatório de Integridade da Informação e da coalizão *Climate Action Against Desinformation* mostraram que, em agosto, conteúdos com desinformação sobre a COP30 tiveram mais do que o dobro de alcance em relação à média dos sete meses anteriores. Para enfrentar esse cenário de negacionismo climático, organizações que atuam no campo, incluindo a Conectas, lançaram o “Guia para Atuação Jurídica pela Integridade da Informação Climática”. O material propôs um roteiro em quatro partes: conceitos-chave e estratégias de desinformação; impactos sobre direitos humanos — como acesso à informação, saúde e meio ambiente —, especialmente em populações vulneráveis; bases legais e casos de referência; e a articulação entre atores jurídicos e institucionais para fortalecer a resposta ao problema.

O PEQUENO DICIONÁRIO DO CLIMA

Segundo pesquisa do *Ipsos-Ipec*, apesar de 64% dos brasileiros apoiarem a COP30, 55% dos entrevistados afirmavam não ter nenhuma informação sobre o evento. Diante desse cenário, a Conectas lançou o “Pequeno Dicionário de Clima e Direitos Humanos”, reunindo conceitos centrais para compreender as discussões sobre justiça climática. A primeira parte, lançada em agosto, trouxe informações sobre o “Acordo de Paris” e a “Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima” (UNFCCC). Já a segunda, e última parte, debruçou-se sobre termos como “governança climática” e “greenwashing”.

Enfrentamento à Violência Institucional

Ao longo do ano de 2025, a Conectas atuou na proteção da liberdade e no combate à tortura, promovendo a responsabilização das forças de segurança pública e no fortalecimento de políticas de justiça. A Conectas atuou também pela descriminalização e acesso ao aborto seguro, defendendo os direitos reprodutivos e a autonomia das pessoas, tendo um olhar atento para o racismo e suas intersecções com outras formas de discriminação.

STF PROÍBE REVISTA ÍNTIMA VEXATÓRIA EM PRESÍDIOS

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a revista íntima vexatória de familiares e outras pessoas que visitam presídios. A decisão impede práticas como o desnudamento e exames invasivos que submetam visitantes a situações humilhantes.

Segundo a Corte, provas obtidas por meio desse tipo de revista são ilícitas, salvo em situações excepcionais determinadas judicialmente. A revista íntima só poderá ocorrer quando não for possível utilizar scanners corporais ou equipamentos de raio-x e, houver indícios robustos e verificáveis, de que a pessoa porta objetos proibidos. A decisão também determina que o Estado terá 24 meses, a partir da publicação da ata do julgamento, para instalar scanners corporais e detectores de metais nas unidades prisionais.

A Conectas atuou no caso como *amicus curiae*, contribuindo para o com-



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

bate a abusos históricos cometidos contra familiares de pessoas encarceradas. Ao lado de coletivos de familiares e de movimentos que defendem os direitos das pessoas privadas de liberdade e de seus familiares, a Conectas também fortaleceu a mobilização pela superação de práticas vexatórias no sistema prisional.

A decisão representa um avanço na proteção da dignidade humana e no reconhecimento dos direitos de familiares de pessoas encarceradas, reafirmando que a segurança no sistema prisional não pode ser garantida à custa de humilhação e violações de direitos.

CÂMERAS CORPORAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA

Em 2025, a Conectas manteve sua atuação em defesa da ampliação e do aprimoramento do uso de câmeras corporais pelas forças policiais de segurança pública. Ao lado de mais de 150 organizações da sociedade civil e grupos de pesquisa, a organização assinou carta aberta dirigida ao governo federal, ao Congresso Nacional e aos governos estaduais

defendendo a adoção da tecnologia em todo o país. O documento apresentou evidências sobre os resultados da política implementada em São Paulo desde 2021, incluindo a redução da letalidade policial.

A Conectas também atuou pela Suspensão de Liminar (SL 1696), no Supremo Tribunal Federal (STF), que discutiu parâmetros para o uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Em maio, o STF homologou acordo que estabeleceu medidas para a continuidade e ampliação da política, incluindo a expansão para 15 mil equipamentos e a priorização de novos dispositivos em batalhões com os maiores índices de letalidade policial.

ENCARCERAMENTO EM DEBATE

A Conectas participou, em Brasília, do evento “A política nacional sobre drogas: um novo paradigma”, promovido pelo Brasil 247, a TV 247 e o Consultor Jurídico. Durante o Painel 5, dedicado ao debate sobre racismo e encarceramento em massa, Gabriel Sampaio, advogado e diretor de litigância e incidência da Conectas, discutiu os impactos da política de drogas no sistema penal brasileiro: “A gente não vai entender a dinâmica da nossa política sobre drogas, seu impacto no sistema de justiça criminal e no encarceramento em massa, se a gente não entender o racismo na nossa sociedade”.

Acesse
o painel
completo



CRIMES DE MAIO: 19 ANOS DEPOIS

No ano em que os Crimes de Maio completaram 19 anos, a Conectas publicou uma reportagem especial relembrando a chacina que deixou 564 mortos, resgatando histórias emblemáticas das vítimas e reunindo as principais medidas adotadas ao longo de quase duas décadas. Apesar dos esforços por memória e justiça, nenhuma responsabilização significativa foi alcançada. De acordo com Gabriel Sampaio, diretor de litigância e incidência da Conectas, a gravidade dos crimes exige que os casos sejam considerados imprescritíveis. “Mesmo que não fossem, é inaceitável que, com mais de 500 mortos e um contexto marcado por violações, o Estado brasileiro ainda não tenha dado uma resposta consistente”, afirmou.



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Em parceria com a Conectas, a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas e a Anistia Internacional, o Movimento Independente Mães de Maio também organizou o “Seminário internacional: Violência de Estado nos Crimes de Maio – Direito à memória, justiça, reparação e não repetição”. Além dos atos públicos e ações pedagógicas, o evento contou com o lançamento do livro *Tecendo Resistências*, da assistente social, intelectual e ativista do Movimento Francilene Gomes Fernandes; e com o lançamento do projeto “Enfrentação”, uma pesquisa feita em parceria com a Unifesp a partir da escuta de mães e familiares das vítimas.

No mesmo mês, uma denúncia sobre os Crimes de Maio chegou à Corte Interamericana de Direitos Humanos. As famílias das vítimas da região do Parque Bristol e a Conectas apresentaram a ação ao sistema interamericano em 2009.

Já no começo de setembro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu início ao julgamento do recurso que busca reconhecer os Crimes de Maio como graves violações de direitos humanos, tornando-os imprescritíveis na esfera civil e prevendo medidas de não repetição. O recurso foi apresentado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com apoio da Conectas e do Movimento Independente Mães de Maio, como *amicus curiae*.

O diretor de litigância e incidência da Conectas, Gabriel Sampaio, iniciou a sua sustentação oral destacando a história das mães e dos fa-

miliares das vítimas da chacina: “Nós estamos falando da ação e da omissão do Estado em face da morte do Rogério, gari, filho de Débora Maria da Silva, que estava trabalhando, servindo ao Estado para limpar a sujeira que a sociedade deixa nas ruas. Foi executado. Estamos falando da Ana Paula, grávida de nove meses, filha de Verá Lúcia. Essas mulheres receberam do Estado, além da bala que ceifou a vida de seus filhos, todo o tipo de humilhação que o Estado pode gerar”. O julgamento foi interrompido em 2025 pelo pedido de vista do ministro Marco Aurélio Bellizze.

MÃES CONTRA A VIOLÊNCIA

A Conectas organizou, ao lado do Movimento Independente Mães de Maio, do CAAF/Unifesp (Centro de Arqueologia e Antropologia Forense) e da Universidade de Manchester, o encontro internacional “Fortalecendo o alcance e o impacto dos movimentos de direitos humanos no Brasil”, que contou com tradução simultânea em português e espanhol. O evento reuniu lideranças de movimentos sociais, pesquisadores e representantes da sociedade civil em debates sobre democracia, reparação, memória e justiça na América Latina. O evento marcou o encerramento do projeto apoiado pela UNDEF (Fundo das Nações Unidas para a Democracia) intitulado “Fortalecendo o alcance e o impacto dos movimentos de direitos humanos no Brasil”. Lançado em março de 2024, ele uniu a Conectas, o CAAF/Unifesp e o Movimento Independente Mães de Maio para lutar por justiça, memória e reparação das vítimas de violência do Estado.

DOIS ANOS DA OPERAÇÃO ESCUDO

A Conectas realizou, ao lado de outras organizações da sociedade civil, o evento “2 anos da Operação Escudo: Debates sobre Memória, Justiça e Reparação”, com atividades no Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). A programação incluiu o lançamento de um relatório do Geni-UFF sobre a perícia dos casos da Operação Escudo e a divulgação de uma nota técnica da Anistia Internacional sobre o controle das forças policiais pelo Ministério Público, com foco no debate sobre memória, justiça e reparação.



Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

OPERAÇÃO CONTENÇÃO: MASSACRE DE ESTADO

No dia 28 de outubro, 2.500 policiais militares e civis foram às ruas da capital fluminense para realizar uma megaoperação nos complexos do Alemão e da Penha. A chamada Operação Contenção resultou em 117 mortes, segundo dados do próprio governo do Rio de Janeiro, e foi classificada por entidades e órgãos públicos como a mais letal da história do Estado.

Uma carta pública, assinada por 27 organizações de direitos humanos, entre elas a Conectas, denunciou o uso ilegítimo da força, o racismo estrutural presente na política de segurança e a adoção de uma doutrina de guerra como modelo de gestão pública. O documento ainda lembrou que o governador Cláudio Castro é responsável por quatro das cinco operações mais letais já registradas no Rio de Janeiro.

As entidades ainda criticaram os ataques do governador à ADPF 635, conhecida como ADPF das Favelas — da qual a Conectas é *amicus curiae*. As organizações pontuaram que: “[...] o que o governador classifica como a maior operação da história do Rio é, na verdade, uma matança produzida pelo Estado brasileiro”.

Em um alerta enviado à ONU, e à Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH), dez organizações, incluindo a Conectas, apelaram para que ações imediatas fossem tomadas. De acordo com as organizações, “a Operação Contenção representa um contexto de execuções



Foto: Thamy Frisselli/Acervo Nem Presa Nem Morta

sumárias provocadas pelo próprio Estado, que reforça uma política deliberada de extermínio em territórios populares e de maioria negra”. As entidades responderam ao apelo, condenando a operação e demandando investigações independentes.

Após realizar visita ao Brasil, a CIDH divulgou um relatório formal em março de 2026 reprovando a falta de eficácia proporcional da ação e recomendando que as investigações sobre a atuação policial fiquem a cargo de órgãos externos e imparciais. O relatório da comissão interamericana pontuou ainda graves violações de direitos humanos, incluindo indícios de execuções extrajudiciais, uso desproporcional da força e racismo estrutural.

DIREITOS REPRODUTIVOS

Em seu último dia como integrante do Supremo Tribunal Federal, o ministro Luís Roberto Barroso votou pela descriminalização do aborto nas primeiras 12 semanas de gestação. Conforme afirma o magistrado: “A interrupção da gestação deve ser tratada como uma questão de saúde pública, não de direito penal”. Dias antes, ele recebeu uma carta assinada por centenas de organizações, incluindo a Conectas, pedindo que registrasse voto em três ações sobre os direitos reprodutivos no Brasil.



Foto: Rovena Rosa/
Agência Brasil

CIDADE VIGIADA

No Brasil, onde tecnologias de vigilância se multiplicam sem transparência e regulamentação, especialistas e ativistas se reuniram no evento “Reconhecimento Facial e Impacto nos Territórios”, organizado pela Conectas em parceria com a ARTIGO 19 Brasil e América do Sul e o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de SP. O encontro integrou a agenda de Gina Romero, Relatora Especial da ONU para o direito à liberdade de reunião pacífica e associação, em visita oficial ao país. Na ocasião, a relatora destacou que grupos vulnerabilizados como negros, pobres, indígenas e pessoas migrantes são os mais afetados e chamou atenção para um aspecto que observou em São Paulo: a proliferação de totens e pontos de vigilância espalhados pela cidade, coletando informações da população sem transparência. e os impactos da vigilância sobre populações vulnerabilizadas.

Litígio

Em 2025, a Conectas fortaleceu a proteção de direitos humanos por meio do litígio estratégico nos tribunais brasileiros e da incidência internacional, atuando em temas como violência policial, racismo estrutural, sistema prisional, direitos indígenas, direitos de meninas e mulheres e responsabilização por graves violações.

SEGURANÇA PÚBLICA, VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISMO

A Conectas atuou na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (ADPF das Favelas), que resultou em medidas do Supremo Tribunal Federal para reduzir a letalidade policial no Rio de Janeiro, e na ADPF 973 (ADPF Vidas Negras), sobre racismo estrutural, violência policial e encarceramento. Também acompanhou a Suspensão de Liminar 1696, sobre câmeras corporais em São Paulo, e a ADPF 1059, sobre violência policial contra o povo Guarani Kaiowá.

SISTEMA PRISIONAL E COMBATE A PRÁTICAS DEGRADANTES

No Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 959620), o STF declarou inconstitucional a revista íntima vexatória em visitantes de presídios. A Conectas participou como *amicus curiae*, ao lado de organizações da Rede Justiça Criminal, contribuindo para a proteção da dignidade e dos direitos de familiares de pessoas privadas de liberdade.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7582) e em ações relacionadas à Lei 14.701/2023, a Conectas atuou no STF contra restrições aos direitos territoriais indígenas. A organização defendeu a in-



Foto: Antonio Augusto/STF

constitucionalidade do chamado marco temporal e a proteção dos direitos assegurados pela Constituição e por normas internacionais.

MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO

No Recurso Especial (REsp 2.172.497/SP), sobre os Crimes de Maio de 2006, a Conectas e o Movimento Independente Mães de Maio participaram como *amici curiae* em julgamento sobre responsabilização e reparação por graves violações de direitos humanos, iniciado e interrompido por pedido de vista em 2025. A organização também atuou em casos relacionados à Lei da Anistia e ao caso Rubens Paiva.

DIREITOS DE MENINAS E MULHERES

A Conectas incorporou à estratégia de litigância o REsp 2.196.252/SP, caso Fabrícia Leal, em tramitação no Supremo Tribunal de Justiça. Também atuou em ações da campanha “Criança Não é Mãe”, incluindo a Ação Civil Pública (ACP 1026594-77.2025.4.01.3400), voltada à proteção de meninas e adolescentes vítimas de violência sexual e à garantia de seus direitos.

FÓRUM GLOBAL

No Fórum Permanente sobre Pessoas Afrodescendentes da ONU, a Conectas coorganizou debate sobre mulheres afrodescendentes e justiça reprodutiva e realizou, com organizações de diferentes continentes, o Laboratório de Aprendizagem em Litígios, iniciado no Brasil em outubro de 2025, sobre democracia e justiça racial. A organização também contribuiu para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos com subsídios sobre democracia e proteção de direitos, fortalecendo o litígio estratégico contra violações estruturais.

Incidência internacional

Em 2025, a Conectas ampliou sua incidência internacional por meio de manifestações e participação em discussões e mecanismos da ONU e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, abordando temas como violência policial, licenciamento ambiental, direitos dos povos indígenas e justiça criminal. A organização também realizou nove discursos orais em fóruns internacionais, levando ao debate questões como trabalho escravo, direitos sexuais e reprodutivos, inteligência artificial, violência estatal e proteção ambiental. Essa atuação reforçou o compromisso da Conectas com o uso dos espaços multilaterais para denunciar violações, promover a responsabilização do Estado brasileiro e fortalecer a defesa dos direitos humanos. Confira os destaques:

CORPOS, TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIA

Em evento paralelo do Fórum Permanente de Afrodescendentes da ONU, a Conectas discutiu os impactos do racismo estrutural sobre mulheres negras e defendeu uma abordagem interseccional na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos.

MENINAS NO CENTRO DO DEBATE

Na 58ª Sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento da ONU, a Conectas apresentou dados sobre gravidez infantil no Brasil e as barreiras de acesso a direitos, em um contexto de risco de retrocessos nos direitos sexuais e reprodutivos.



Foto: Lian Yi/XINHUA/Xinhua via AFP

QUANDO O ALGORITMO ERRA

No Fórum Permanente de Afrodescendentes da ONU, a Conectas alertou para vieses raciais no uso de reconhecimento facial e recomendou a regulação, o controle social e judicial e a participação das populações afetadas na formulação de políticas de Inteligência Artificial.

SEM DADOS, SEM JUSTIÇA CLIMÁTICA

Em Bonn, na Alemanha, a Conectas participou de debate sobre a Meta Global de Adaptação, defendendo que indicadores climáticos incorporem raça, gênero e idade para produzir diagnósticos mais precisos e políticas públicas mais justas.

CASO MARCO AURÉLIO

A Conectas e os pais de Marco Aurélio, executado por um policial militar em 2023, entregaram à ONU um apelo urgente sobre a violência policial em São Paulo. A organização também promoveu debate sobre letalidade policial e controle externo da atividade policial.

INFÂNCIAS SEM PROTEÇÃO

Após a revisão do Brasil pelo Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU, a Conectas apresentou dados sobre letalidade policial, mortes de crianças e adolescentes e gravidez infantil. O Comitê recomendou, entre outras medidas, câmeras corporais, investigações independentes e garantia do aborto legal.

O CORPO EM DISPUTA

A convite da Conectas e de organizações da sociedade civil, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Discriminação contra Mulheres e Meninas realizou visita ao Brasil para discutir retrocessos nos direitos sexuais e reprodutivos e os impactos da criminalização do aborto.

ONU COMO PALCO DO ALERTA

Na 59ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Conectas alertou para os impactos de mudanças no licenciamento ambiental sobre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e defendeu a participação das comunidades afetadas nos processos decisórios.

ALERTA AO BID

Uma coalizão de 13 entidades, incluindo a Conectas, enviou carta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre a falta de transparência e participação no South Connection Program. As organizações recomendaram consultas públicas, consentimento livre, prévio e informado e participação da sociedade civil.

O LUTO QUE O ESTADO NÃO REPAROU

Na 60ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Conectas denunciou a falta de responsabilização e reparação por violações cometidas pelo Estado brasileiro contra pessoas negras e povos indígenas, incluindo os Crimes de Maio.

IA SEM FREIO?

A Conectas ampliou sua atuação internacional contra os riscos do reconhecimento facial na segurança pública, denunciando falta de transparência e vieses discriminatórios. Também contribuiu para debates da ONU sobre IA e para o relatório “De Olho nos Vigilantes”, produzido no âmbito da INCLO.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS

A Conectas acompanhou visitas de relatorias da ONU ao Brasil e participou de atividades do BRICS+, do Fórum Regional sobre Empresas e Direitos Humanos e do encontro Democracia Siempre, no Chile, sobre fortalecimento democrático e enfrentamento ao extremismo.

UNIR PARA RESISTIR

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, Camila Asano, da Conectas, e Ana Gimena Sanchez, da WOLA, defenderam o fortalecimento da solidariedade entre defensores de direitos humanos no Brasil e nos Estados Unidos diante de possíveis retrocessos.

MINÉRIOS, SILÊNCIO E GUERRA

A Conectas publicou entrevista com Pedro Borges, da Alma Preta Jornalismo, sobre a crise humanitária na República Democrática do Congo e sua relação com a exploração de minérios estratégicos, buscando ampliar a visibilidade do conflito e de seus impactos sobre a população.

Comunicação

A comunicação seguiu desempenhando um papel estratégico para ampliar a visibilidade e o impacto das ações da Conectas ao longo de 2025. Em articulação com as equipes de Incidência e Litígio, se fortaleceu agendas prioritárias, apoiando a cobertura jornalística de temas de direitos humanos, fomentando o debate público e contribuindo para o trabalho em redes e coalizões nacionais e internacionais. Ao longo do ano, esse trabalho também esteve presente em iniciativas de valorização do jornalismo, da liberdade de expressão e da democracia.

PRÊMIO VLADIMIR HERZOG

Um destaque foi a 47ª edição do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, marcada pelos 50 anos do legado do jornalista. A Conectas atuou como coorganizadora da premiação, integrando a comissão de entidades da sociedade civil, responsável pela realização e pelo julgamento dos trabalhos. Confira os vencedores através do QRcode.

Confira todos
os vencedores



CAMPANHAS E MOBILIZAÇÃO

Campanhas sobre justiça climática, regulamentação das plataformas digitais e defesa dos direitos humanos ampliaram o alcance das pautas da Conectas, mobilizando novos públicos e fortalecendo o relacionamento da organização com pessoas interessadas em acompanhar e apoiar sua atuação.

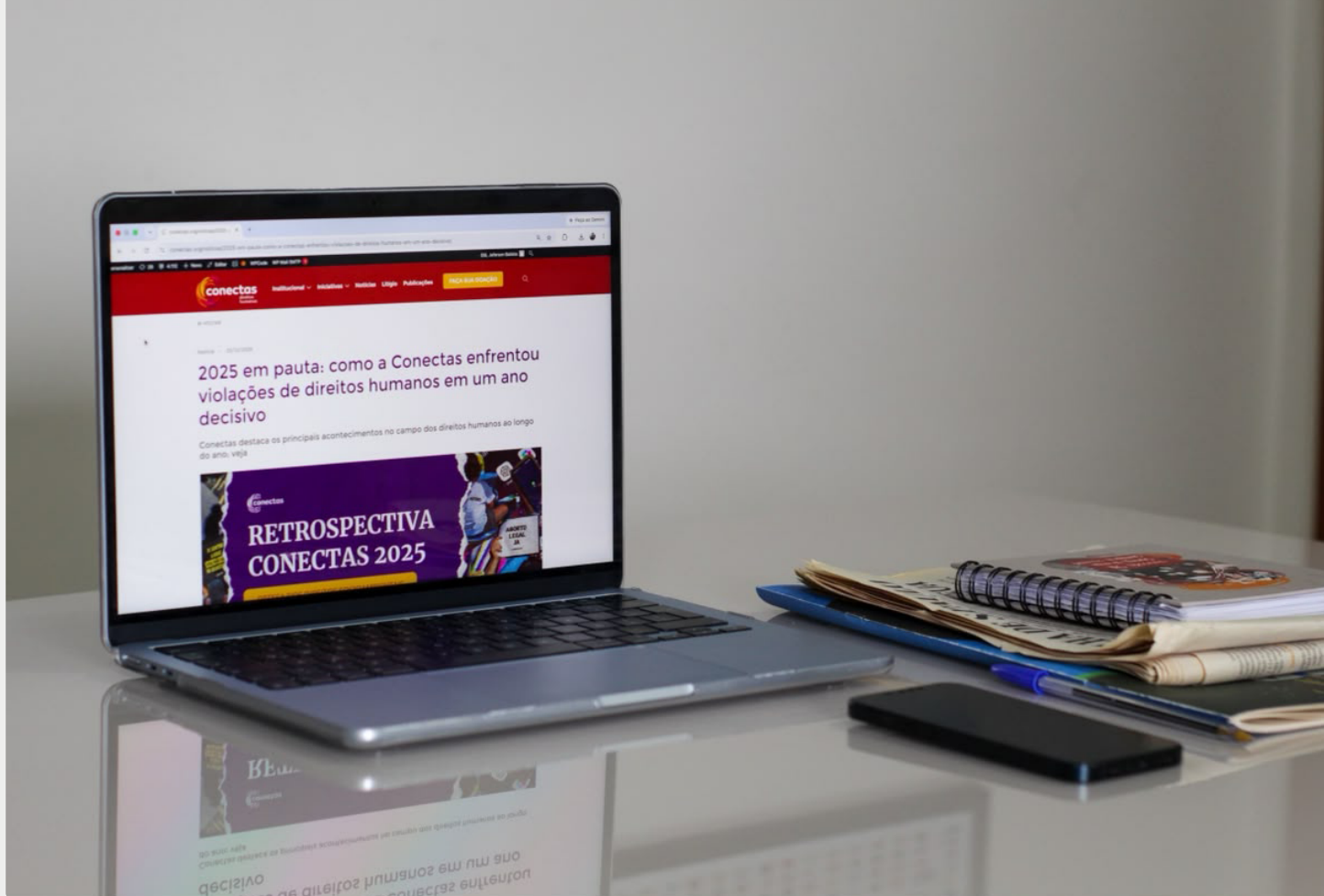


Foto: Jeferson Batista/Conectas

RELAÇÃO COM A IMPRENSA

A Conectas consolidou sua presença no debate público, com destaque para a violência policial, tema que concentrou grande parte da repercussão de suas ações. Também tiveram destaque a atuação sobre os Crimes de Maio, o caso Marco Aurélio, a letalidade policial em São Paulo, o licenciamento ambiental e a população em situação de rua. Em 2025, a Conectas registrou 3.117 inserções na imprensa. Desse total, 2.992 foram em veículos online, 75 em jornais e revistas impressos, 18 em TV e 10 em rádio.

SITE E REDES SOCIAIS

O site institucional da Conectas recebeu 500 mil acessos ao longo do ano. Nas redes sociais, os conteúdos da Conectas alcançaram 17 milhões de visualizações, ampliando a circulação de informações e análises sobre direitos humanos e aproximando diferentes públicos das pautas da organização.

Institucional

QUANDO A JUSTIÇA INOVA

A Conectas foi finalista da 22ª edição do Prêmio Innovare, uma das mais importantes premiações da área jurídica no país, que reconhece práticas inovadoras voltadas ao aperfeiçoamento da Justiça. A organização concorreu na categoria Justiça e Cidadania com a prática “Litigância Estratégica em Direitos Humanos”, ao lado de outras 11 finalistas em diferentes categorias. Conectas foi a organização homenageada nesta categoria em 2025.

NOVOS CAMINHOS PARA A GOVERNANÇA

Cassio França passou a integrar o Conselho Fiscal da Conectas. Cientista político formado pela Unicamp, com doutorado pela Fundação Getúlio Vargas e pós-doutorado pela *London School of Economics*, França construiu trajetória nas áreas de filantropia, gestão pública e fortalecimento da sociedade civil. Na Conectas, passou a atuar ao lado de Heloísa Motoki e Luigi Puntel, contribuindo para o fortalecimento da governança institucional da organização.

FEIRA DE IDEIAS

Em parceria com o Sesc 24 de Maio, a Conectas realizou a 8ª edição da Feira de Ideias, evento que integrou as atividades do Dia Internacional dos Direitos Humanos e reuniu iniciativas de diferentes regiões do país voltadas à promo-



Fotos: Algazarra



ção e defesa de direitos. Ao longo de dois dias, o público conheceu 20 projetos apresentados em mesas expositivas, mostra audiovisual e exposição visual, abordando temas como migração, crise climática na Amazônia, encarceramento feminino, diversidade religiosa, culturas indígenas e inclusão social. A programação também contou com rodas de conversa, encontros com representantes da sociedade civil e apresentação musical da banda Libertat.

Acesse o
vídeo da Feira
de Ideias



Equipe

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: FORTALECENDO PESSOAS E PROCESSOS

Em 2025, a Conectas deu continuidade ao fortalecimento de seu desenvolvimento institucional, com foco no cuidado com as pessoas, no aperfeiçoamento da equipe e na aprendizagem organizacional.

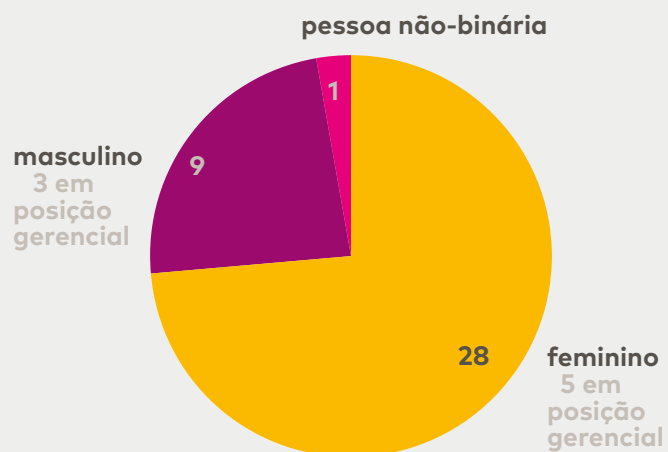
No primeiro semestre, realizou um diagnóstico institucional sobre questões raciais e de diversidade e iniciou um programa de desenvolvimento pessoal e profissional para colaboradores, com foco em comunicação, gestão do tempo e habilidades comportamentais.

Na governança, reestruturou o Comitê de Ética e promoveu oficinas de comunicação e gestão de conflitos, fortalecendo a escuta ativa e a colaboração. Também aprimorou processos operacionais e avançou no projeto de memória institucional para os 25 anos da organização, com avaliação estratégica e orçamentária, diálogo com parceiros e organização do acervo institucional.



Foto: Acervo Conectas

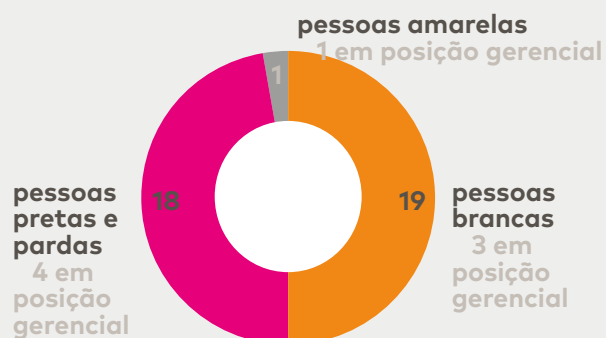
GÊNERO DAS PESSOAS EMPREGADAS



FAIXA ETÁRIA



DIVERSIDADE RACIAL



Transparência

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: FORTALECENDO PESSOAS E PROCESSOS

A Conectas recebeu, ao longo do ano, apoio de diversas fundações, instituições e pessoas físicas para desenvolver seu trabalho de forma apartidária, responsável e transparente. Esse apoio é fundamental para garantir a continuidade das ações em defesa dos direitos humanos. A seguir, apresentamos o balanço financeiro do ano, que reflete a gestão cuidadosa dos recursos e o compromisso da organização com a transparência.

Receita recebida em 2025: **R\$ 31.225.577**

O recurso foi utilizado para a realização das atividades realizadas em 2025 pelo Programa de Defesa dos Direitos Socioambientais, Programa de Enfrentamento à Violência Institucional, Diretoria de Fortalecimento do Movimento de Direitos Humanos, Diretoria de Litígio e Incidência, Comunicação, Área de Desenvolvimento Institucional e Captação de Recursos e Área Administrativa e Financeira. Os recursos não utilizados em atividades ao longo do ano foram destinados ao fundo de reserva da entidade.

LISTA DE APOIADORES (EM ORDEM ALFABÉTICA)

Charles Stewart Mott Foundation
Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR)
Doações por cartões de crédito (pessoas físicas)
Embaixada dos Países Baixos
Ford Foundation
Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos
Instituto Betty & Jacob Lafer
Instituto Clima e Sociedade
Luminate Foundation
Marin Community Foundation
Oak Foundation
Open Society Foundations
Silicon Valley Community Foundation
Stiftung Auxilium (Porticus)
United Nations Democracy Fund (UNDEF)



conectas.org